

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

THIAGO MACÊDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

SANTO AGOSTINHO E A AÇÃO MORAL: O PAPEL DO MAL E DO LIVRE-ARBÍTRIO

Orientador: Prof. Dr. Betto Leite da Silva

JOÃO PESSOA - PB

JUNHO DE 2023

THIAGO MACÊDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

SANTO AGOSTINHO E A AÇÃO MORAL: O PAPEL DO MAL E DO LIVRE-ARBÍTRIO

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura do curso de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Orientador: Prof. Dr. Betto Leite da Silva.

JOÃO PESSOA - PB

JUNHO DE 2023

THIAGO MACÊDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

**SANTO AGOSTINHO E A AÇÃO MORAL: O PAPEL DO MAL E DO LIVRE-
ARBÍTRIO**

João Pessoa, 16 de junho de 2023

Nota: 8,5
(vito e meio)

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Filosofia da UFPB como um dos requisitos finais para a conclusão do Curso de Licenciatura em Filosofia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Dr. Betto Leite da Silva.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Betto Leite da Silva (UFPB)
Orientador e Presidente



Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira (UFPB)
Examinador



Prof. Dr. Cristiano Bonneau (UFPB)
Examinador

*"Ama e faz o que quiseres. Se calares, calarás com amor;
se gritares, gritarás com amor; se corrigires, corrigirás com amor;
se perdoares, perdoarás com amor.
Se tiveres o amor enraizado em ti, nenhuma coisa senão o amor serão os teus frutos."
Santo Agostinho*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da minha vida, por toda capacitação e por me ajudar a vencer todas as dificuldades encontradas no decorrer do curso.

Aos meus pais, Roberto e Ozanilda que me incentivaram e me compreenderam nos momentos difíceis, sobretudo quando me dedicava na elaboração dos meus trabalhos e estudava para obter bom êxito nas minhas provas.

A minha irmã Raquel que tanto intercedeu e apoiou durante todo o curso, em especial, na formulação de todo o trabalho de Conclusão de curso. A família Consolação que também apoiou e intercedeu pelos meus estudos.

Ao professor Anderson D'Arc por todo auxílio inicial, a professora Ana Thereza Dürmaier por todo comprometimento e que tanto colaborou, seja no aprendizado, seja nas resoluções das questões concernentes ao curso.

Por fim, agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Betto Leite por toda acolhida e compromisso a este trabalho de conclusão de curso, que foi concebido em torno de grandes lutas e desafios.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo monográfico sobre a visão de Santo Agostinho acerca da ação moral, investigando o papel do mal e do livre-arbítrio em sua filosofia. O estudo é fundamentado em obras de Agostinho e em outras fontes acadêmicas relevantes. Na revisão bibliográfica, são analisadas as principais obras de Agostinho relacionadas à ação moral, ao mal e ao livre-arbítrio, bem como estudos de outros filósofos e estudiosos que abordam seu pensamento. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, utilizando fontes primárias e secundárias, com a pesquisa sendo realizada em bibliotecas, bases de dados acadêmicos e recursos online confiáveis. A partir da análise e interpretação dos textos, são identificados os principais conceitos, argumentos e teses de Agostinho sobre o papel do mal e do livre-arbítrio na ação moral. São destacadas as contribuições do autor para a compreensão desses temas, considerando as implicações éticas e filosóficas de suas ideias. A discussão e as conclusões apresentadas resumem os principais *insights* obtidos, destacando a relevância do pensamento de Agostinho na filosofia moral. O estudo oferece uma compreensão aprofundada da visão agostiniana sobre a ação moral, demonstrando a influência do mal e a importância do livre-arbítrio na busca pela virtude e pela redenção. Por fim, este estudo monográfico sobre Santo Agostinho e a ação moral busca analisar o papel do mal e do livre-arbítrio na filosofia do autor, contribuindo para um melhor entendimento da sua abordagem ética e filosófica. As conclusões apresentadas fornecem uma síntese das principais descobertas e reflexões obtidas ao longo da pesquisa.

Palavras-Chave: Agostinho de Hipona. Livre-arbítrio. Moral. Mal.

ABSTRACT

This work has as purpose to realize a monographic study about Saint Augustine's view on the moral action, investigating the role of evil and free will in his philosophy. The study is based on the works of Augustine and on other relevant academic sources. The main works of Augustine related to the moral action, the evil, and the free-will are analyzed in the bibliographic review; studies of other philosophers and scholars that approach his thought will also be analyzed. The adopted methodology is of a bibliographic nature, utilizing primary and secondary sources; the research was made in libraries, academic data bases, and reliable online resources. From the analysis and the interpretation of the texts, the main concepts, arguments, and thesis of Augustine, about the role of evil and free-will on the moral action are identified. The contributions of the author to the understanding of these themes are highlighted, considering the ethical and philosophical implication of his ideas. The discussion and the conclusions presented sum up the main insights obtained, showing the influence of evil and the importance of free will on the pursuit of virtue and redemption. Therefore, this monographic study about Saint Augustine and the moral action aims at further analyzing the role of evil and the free will on the philosophy of the author, contributing to a better understanding of his ethical and philosophical approach. The conclusions presented provides a synthesis of the main findings and reflections obtained throughout the research.

Key-words: Augustine of Hippo. Free will. Moral. Evil.

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO.....	8
II - A ESTRUTURA DO FILOSOFAR DE AGOSTINHO.....	12
2.1 A FILOSOFIA AGOSTINIANA.....	12
III - O MAL MORAL NO MODELO AGOSTINIANO	16
3.1 - O PROBLEMA DO MAL EM AGOSTINHO	16
3.2 AS RELAÇÕES ENTRE LIBERDADE DA VONTADE E LIBERDADE DA AÇÃO.....	20
3.3 AS RELAÇÕES ENTRE O MAL E A VONTADE HUMANA	23
3.4 AS RELAÇÕES ENTRE O MAL MORAL E O PECADO	24
IV - O LIVRE-ARBÍTRIO NO MODELO AGOSTINIANO DA AÇÃO MORAL.....	28
4.1 O LIVRE-ARBÍTRIO AGOSTINIANO	28
4.2 AS RELAÇÕES DO LIVRE-ARBÍTRIO COM O PROBLEMA DO MAL NA TEORIA DA AÇÃO AGOSTINIANA	31
4.3 O MAL MORAL E O PECADO NA AÇÃO HUMANA.....	33
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

I- INTRODUÇÃO

Santo Agostinho nasceu no ano 354 D.C, na província romana da Numíbia na África. Seu pai era um patrício, conselheiro municipal de Tagaste, que a princípio era um pagão que veio a se converter ao cristianismo pouco antes de sua morte.

Já a sua mãe Mônica, era uma piedosa cristã que conduziu Agostinho em seu processo de conversão, o qual sempre se destacou como sendo um ilustre poeta, filósofo e sábio, apesar de ter praticado inúmeras desordens na sua juventude e ter vivido uma vida promíscua, de vícios e prazeres¹.

Uma das consequências disso foi que Agostinho, em um de seus romances, se tornou pai aos 18 anos de idade, cujo filho se chamava Adeodato. Aos 19 anos, em meio aos seus estudos superiores, interessa-se pela filosofia, a partir da leitura em torno da obra de Hortensius, de Cícero, e, desse modo, procura e exprime cada vez mais o seu apreço pelas verdades eternas.

Foi em meio às suas inquietações, inclusive a de tentar descobrir a força que o impulsionava a praticar o mal, que Agostinho entrou em uma seita racionalista chamada maniqueísmo, a qual defendia a existência de dois princípios coeternos, criadores do bem e do mal, ao passo que havia duas divindades: um deus bom associado a Jesus Cristo no novo testamento e um deus mau associado à leitura literal do antigo testamento².

No entanto, Santo Agostinho não encontrou respostas no maniqueísmo e, por isso, tentou encontrar respostas em outros lugares, como por exemplo: no ceticismo e no neoplatonismo.

Com o passar do tempo, ele foi aprovado em um concurso público para cátedra de Retórica em Milão onde foi professor do Imperador, e assim, conheceu o bispo Ambrósio, que o indicou a praticar a leitura das sagradas escrituras, a partir do viés neoplatônico, para entender a existência de uma realidade espiritual e a interpretação não literal das sagradas escrituras como um meio para encontrar respostas.

A partir daí, Agostinho abandona seu cargo na corte e converte-se ao cristianismo, volta para a África e funda uma comunidade ascético-filosófica, haja vista que mantém a filosofia como um estado de vida, como era na Idade Antiga, e, passa a escrever as suas obras cristianizando as de Platão, ao passo em que assume a superioridade da alma ante o corpo³.

¹ AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **Confissões** / tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammi. — 2º ed. — São Paulo: Penguin Classics companhia das letras, 2017.

² GILSON, E. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

³ De mesma forma que Platão julgava o intelecto superior à matéria, **Santo Agostinho** pregava a superioridade da alma ante o corpo, e sendo a alma um presente de Deus, precisávamos nos voltar absolutamente à Ele. Todas as etapas de sua vida e os episódios a elas relacionados, em diversos aspectos, mostraram-se como sendo determinantes para a formação espiritual e a desenvolvimento do pensamento filosófico e teológico de **Santo Agostinho**.

Os principais temas da filosofia que Santo Agostinho trabalha são: a fé e a razão, a iluminação divina, a primeira certeza, as confissões, o problema do mal e o Livre Arbítrio. Entre estes, o problema do mal é o que mais se repercute, ao passo que é a partir dessa temática que Santo Agostinho desvela outras temáticas e passa a ter uma apreensão melhor das verdades eternas.

Isso porque ao procurar respostas em torno da ação moral, percebe que o problema do mal está para além do materialismo e racionalismo assimilado pelo maniqueísmo, o qual admite o mal como algo inevitável e involuntário determinado na natureza, isto é, na matéria do ser humano como substância ou como um princípio ontológico independente, causado pelo embate do Reino das Trevas com o Reino da Luz.

No entanto, Agostinho compreende que toda ação moral está fundada no livre arbítrio da vontade de cada homem que possui o poder de optar pelo bem ou de se desviar e perder-se no mal. E, dessa forma, segundo santo Agostinho, o livre arbítrio é o único responsável pelas deliberações morais do homem.

Sob estes aspectos, trabalhar o problema do mal é tratar de um tema atual e de grande relevância filosófica. E os problemas tratados em *o Livre arbítrio* por Santo Agostinho são experimentados em sua própria vida e por este motivo tenta encontrar a verdade das nossas ações morais, que segundo ele está demonstrada na nossa vontade em querer ou não fazer o bem, uma vez que ao sermos seres racionais, somos dotados de livre arbítrio.

Desse modo, estas questões são sérias e comuns entre os homens e desafiam frequentemente, o pensamento humano em diversos períodos da história. Santo Agostinho, portanto, a partir de sua própria experiência, encheu-se de indagações e sentiu-se desafiado a encontrar uma possível resolução para o problema do mal que, ainda hoje, inúmeros homens procuram entender, por exemplo, a origem do mal, o porquê o praticamos ou ainda, por que Deus não impede todos os males.

Em resumo, Santo Agostinho foi uma figura notável que transcendeu seu tempo, deixando um legado duradouro tanto no campo da filosofia como no da teologia. Sua biografia reflete as transformações e desafios enfrentados por aqueles que viveram em um período de transição cultural e religiosa, e suas obras continuam a nos inspirar e provocar reflexões profundas sobre as questões mais fundamentais da existência humana.

E nesse sentido, aprofundaremos ainda mais os estudos sobre sua vida e seu legado, por meio deste estudo monográfico. Acerca dos objetivos desse estudo o mesmo foi: descrever a estrutura agostiniana da ação moral mediante o estudo do mal e do livre-arbítrio. Já os objetivos

específicos: determinar o local da ação moral dentro da filosofia agostiniana; definir e explicar acerca da noção agostiniana do livre-arbítrio, e por fim, estabelecer a interface da noção do livre-arbítrio com o mal moral.

Em nosso trabalho serão brevemente analisadas as principais obras de Santo Agostinho relacionadas à ação moral, ao mal e ao livre-arbítrio. Serão identificados os conceitos-chave, as argumentações e as principais teses desenvolvidas pelo autor. Também serão consultadas obras de outros filósofos e estudiosos que abordam o pensamento de Agostinho, com o objetivo de clarear seus pontos de vista e melhor explicá-los.

Nosso trabalho será de cunho heurístico, com análises dos textos do autor que são responsáveis pela discussão de nosso objetivo geral. Iremos analisar trechos específicos das obras de Agostinho, em especial alguns diálogos que compõem a polêmica agostiniana contra os princípios maniqueus, locais onde, de forma explícita, nosso autor estrutura sua noção de moral, liberdade, livre-arbítrio e, em especial, a existência do mal, suas consequências e escopo.

Como recurso investigativo iremos consultar especialistas acerca do autor e da temática em foco em nosso trabalho como recursos preciosos para enriquecer nossas análises e conseguirmos atingir os objetivos específicos que listamos acima. O caminho que seguiremos para conseguir atingir esses objetivos serão expressos no caminho que percorreremos em cada uma das seções dos capítulos que compõe essa monografia.

O presente trabalho monográfico busca analisar aspectos específicos do pensamento moral agostiniano, em especial a visão do autor da relação entre o livre-arbítrio e o mal.

Diante de uma sociedade cada vez mais polarizada com a união de questões morais e questões religiosas, entendemos que o pensamento de Agostinho se torna um caminho viável para lançar luzes e diretrizes a pontos de vista discrepantes e radicais.

Por ser um cristão, uma autoridade doutrinal do cristianismo tanto católico como evangélico e dos movimentos neopentecostais, o pensamento agostiniano torna-se um grande *locus* de debate para dirimir, ou mesmo minimizar, o hiato existente, hodiernamente, entre a responsabilidade moral do autor da ação e os preceitos religiosos que são aludidos como base da ação moral. Nesse sentido entendemos que estudar essa temática do autor não somente esclarece o pensamento de um dos maiores expoentes do pensamento cristão ocidental, como, efetivamente, abre boas perspectivas para uma inserção efetiva dentro dos debates acerca da moralidade que acontecem no Brasil, em especial depois da polarização da sociedade que podemos observar depois das eleições presidenciais de 2022.

Assim sendo, a metodologia utilizada nesta pesquisa se baseou em um estudo heurístico, compilatório e analítico do autor em foco e de seu pensamento. Foram utilizadas fontes primárias, como as obras originais de Santo Agostinho, e fontes secundárias, como comentários, estudos e análises acadêmicas sobre sua filosofia moral.

A pesquisa foi realizada em bibliotecas, bases de dados acadêmicos e recursos online confiáveis.

Os textos de Santo Agostinho e outras fontes relevantes foram analisados e interpretados. Neles foram identificados os principais argumentos, conceitos e teses relacionados ao papel do mal e do livre-arbítrio na ação moral, a partir da perspectiva agostiniana. Destacando especialmente as contribuições do autor para a compreensão desses temas.

A partir da análise e interpretação dos textos, foi desenvolvido uma discussão dos principais resultados obtidos, os quais estão elencados abaixo através das seções II, III e IV, onde abordaremos inicialmente sobre a estrutura do filosofar de Santo Agostinho, em seguida acerca do mal moral com base no modelo agostiniano, e, sobre o livre arbítrio no modelo agostiniano da ação moral, ressaltando as contribuições de Santo Agostinho acerca dessa temática. Assim, por meio destas seções foram evidenciadas as implicações éticas e filosóficas de suas ideias, apresentando as conclusões da pesquisa, resumindo os principais pontos e/ou relevâncias obtidas e compartilhando a vida, pensamentos e ensinamentos de Agostinho.

II - A ESTRUTURA DO FILOSOFAR DE AGOSTINHO

Poderemos observar que a filosofia Agostiniana está baseada no parâmetro da Racionalidade da Fé, de modo que a Fé será o meio pelo qual irá guiar a razão humana a compreender as realidades espirituais ou metafísicas. Crer para Compreender será a chave para entendermos e praticarmos o que é Bom e eterno.

Ademais, a filosofia não é compreendida através do pensamento agostiniano como um fim em si mesma, ela passa a ser um meio, em outras palavras, é o “porto”.

Nesse sentido, neste capítulo, trataremos sobre a filosofia de Agostinho, retratando e trazendo seus pensamentos, estudos e análises sobre sua filosofia.

2.1 A FILOSOFIA AGOSTINIANA

Agostinho aponta-nos em sua filosofia que a fé possui um papel fundamental na relação com o saber, isto é, com a própria razão, uma vez que tenta demonstrar o cristianismo como uma filosofia superior, ou ainda, como a verdadeira filosofia que supera todas as outras e não é vista somente como participante da história da filosofia (HORN, 2008).

No entanto, a fé para Agostinho não é o foco integral almejado pela sua filosofia, mas apenas uma dimensão da alma racional que, a partir do esforço filosófico, nos indica uma significação imaterial e prospectiva daquilo que podemos ver agora, no exercício de sua finitude (GILSON, 2006).

É justamente a partir desse esforço filosófico que Agostinho procura responder às suas indagações e legitimar o cristianismo como filosofia, isto é, como uma religião vinculada ao saber, ao passo que procura associar a compreensão da natureza divina com o culto ao verdadeiro Deus (HORN, 2008).

Logo, a partir da sua experiência com o Neoplatonismo, em sua busca incessante pela verdade, que Agostinho reconhece o papel da fé e o vínculo desta à atuação da razão e da perspectiva filosófica, ao passo em que a fé ao garantir o êxito da filosofia em sua busca pela sabedoria promove a atração das razões finitas para si.

Para Agostinho, a fé é interpretada como um princípio básico para a resolução de problemas da filosofia, ao passo que a verdade é procurada nas sagradas escrituras. Isso porque, ao ser levantado o dilema da onisciência divina e o livre arbítrio, por exemplo, que sempre foram vistos como temáticas divergentes, para o santo é na verdade, um construto de saberes

que são afirmados nas Escrituras, que apesar de Deus ser onisciente e conhecer todos os nossos atos livres, o nosso livre arbítrio não sofre alterações, isto é, não é manipulado por Deus (AGOSTINHO, 2007).

Não obstante, a partir de um espírito religioso, isto é, de um movimento indicado por racionalidade da fé, a razão precisa passar por um processo de purificação ou, simplesmente, por um amadurecimento, para que sua inteligência seja desenvolvida, haja vista que, por causa da natureza humana, ou ainda, por causa do pecado original, a alma racional não pode espontaneamente ascender às coisas eternas de Deus, isto é, ascender à sabedoria e encontrar a verdadeira compreensão acerca das coisas espirituais (COSTA, 2014).

Assim, a razão, ao ser conectada à fé, é impulsionada a compreender as coisas temporais, como coisas que têm sentido eterno e tudo aquilo que é afirmado pela fé, pode ser, desse modo, interpretado à luz da razão.

É certo que fé e razão trilham caminhos diferentes, porém, Agostinho defende que ambas convergem ao passo que a fé está sempre a serviço da razão e esta convergência está indicada na perspectiva de que todo aquele que crê utiliza do mesmo modo a sua razão para examinar e conhecer com maior profundidade os conteúdos concernentes a Deus e a alma humana (NOVAES, 2007).

No entanto, Agostinho salienta que a fé precede a razão, haja vista que a razão não apreende por si só os conteúdos da fé e para apreendê-los é necessário crer primeiro, já que a fé, ao atingir os conteúdos da inteligência, possibilita uma compreensão melhor e mais apurada em torno dos seus conteúdos.

Essa necessidade de crer para depois entender nos indica que a razão é vocacionada para o eterno, de modo que a fé, ao capacitá-la, possibilita uma compreensão não só das coisas temporais, mas também das eternas. Ademais, essa antecedência não exclui a importância da razão, até porque para crermos precisamos ter almas racionais e é ela que nos distingue dos outros animais (COSTA, 2014).

Além disso, essa antecedência assegura que a razão persevere e progrida do seu estado de temporalidade e finitude em que está imersa, para assim anunciar o primado do invisível sobre o visível, de modo que ao preparar a razão se estabeleça numa condição de plenitude.

Mais do que uma convergência entre fé e razão, há uma certa relação de dependência entre elas que orienta o espírito humano a encontrar a verdade, de modo que a fé se fortalece ao impulsionar a razão que, concomitantemente, é direcionada ao caminho da plena inteligência e sabedoria (NOVAES, 2007).

A causa disso é que a fé, por possuir a função de purificar a razão - que está sempre manchada pela materialidade e temporalidade provindas do pecado original - a encaminha a uma perspectiva de inteligibilidade. Logo, a fé tem o papel de preparar o espírito, isto é, de auxiliar a razão para que esta não venha a desconhecer o conteúdo divino, que é inteligível, para assim possibilitar a inteligibilidade da razão, ou ainda, compreender aquilo que foge à racionalidade (AGOSTINHO, 2007).

Por isso, essa preparação ou transformação da razão para a intelecção das coisas eternas cria para ela mesma, mediante a fé, a exigência de mover-se para além dela mesma em busca da verdade.

Desse modo, a fé, ao guiar a razão e ao pertencer ao âmbito da inteligibilidade, está livre de equívocos e determina que a razão não se detenha ao se deparar com o que é falso, pois possibilita que esta por si só, não emita opiniões falsas e conhecimentos distorcidos, principalmente no que diz respeito a compreensão correta da natureza de Deus (HORN, 2008).

Isso porque, para Agostinho, toda falsa sabedoria defendida pelos filósofos materialistas ou apelativos estava sobrecarregada de imagens presas aos corpos, ao tempo e ao espaço e precisava ser vencida pela purificação da alma, ao passo que a alma racional deveria passar por uma transformação que a conduziria de uma mera compreensão temporal e visível para uma compreensão de perspectiva eterna, que é invisível e pertencente a um âmbito metafísico que é distinto e superior (GILSON, 2010).

Agostinho explica, por exemplo, que a Trindade, atributo da divindade de Deus, não deve ser entendida pelo viés materialista dos maniqueístas, o qual a reduzia a três massas vivas; do mesmo modo, não deveria ser interpretada como imagens comuns que estamos habituados a perceber segundo uma temporalidade (AGOSTINHO, 2007).

Só a partir do amadurecimento ou purificação da razão que é possível compreendê-la e se aproximar da verdadeira sabedoria, haja vista que a razão, sem o auxílio da fé é incapaz de apreender um conteúdo invisível ou espiritual como a fé, o pensamento, a promessa, a amizade, já que ela sozinha capta apenas o que é temporal e sensível e não “enxerga” com os “olhos da fé” (EVANS, 1995).

Em vista disso, é que Agostinho confronta o maniqueísmo, para ele, o maniqueísmo é, antifilosófico porque a verdadeira filosofia que se apresenta no mundo visível não é aparente, mas deve ir além e não se contentar com o que está presente ou dado, deve sempre buscar a verdade que ainda não está acessível. Por conseguinte, a filosofia que Agostinho defende é a metafísica, cuja sabedoria está voltada ao âmbito imaterial e transcendente da verdade, que

dispõe o percurso pleno da racionalidade da fé para que a razão finita chegue até ela (COSTA, 2002).

Além disso, esses dois vícios anti filosóficos eram considerados como dois modos muito vinculados ao presente e, por outro lado, Agostinho prioriza o futuro, pois não o vê como um evento meramente temporal, mas uma perspectiva escatológica, que tem em vista a fé, que orienta a razão em meio ao presente e ao futuro; além do mais, esse mesmo domínio escatológico nos remete a entender que a fé consiste em crer naquilo que ainda não é presente e que a inteligência é futura.

III - O MAL MORAL NO MODELO AGOSTINIANO

Observando-se a trajetória do pensamento de Agostinho, antes e depois da conversão, é notável como o hiponense depara-se precocemente com o problema do mal. Ainda que não de maneira sistemática, contudo, já na infância e juventude, o mal lhe surge como um ponto bem intrigante e que o fez refletir desde a sua época estudantil.

Se faz relevante mencionar, que, em todo esse percurso e/ou processo de evolução do pensamento do filósofo, o problema do mal não foi algo isolado, mas sim, fruto de uma extensa caminhada, e de uma trajetória de questionamentos.

Nesse sentido, no capítulo a seguir iremos abordar de forma mais profunda acerca do problema do mal na visão de Agostinho, assim como as relações entre liberdade da vontade e liberdade da ação, entre o mal e a vontade humana, e, por fim, entre o mal moral e o pecado.

3.1 - O PROBLEMA DO MAL EM AGOSTINHO

A princípio, o problema do mal, segundo Agostinho, está relacionado à questão metafísica, uma vez que a resolução do problema está vinculada à questão do ser. Para ele, Deus é o Sumo Bem, o Ser perfeito que está acima de todas as coisas e que todas elas estão para ele, com ele e por ele.

Essa origem metafísica caracteriza nas criaturas uma espécie de ausência original que gera também a necessidade de adquirir e mudar, isto é, de gerar um processo de mutabilidade que possibilita a partir dos atributos universais - medida, forma e ordem - uma configuração de que as coisas criadas sejam boas (GILSON, 2006).

Sendo o bem a união dessas três perfeições, o mal é, justamente, a corrupção de pelo menos um desses atributos, ao passo em que quanto mais essas perfeições forem corrompidas maior o grau do mal nessa natureza (AGOSTINHO, 2019).

O mal é, dessa forma, sinônimo de privação, privação de um bem, ou ainda, ausência de ser que determinado sujeito deveria possuir. No entanto, Agostinho entende que o mal é mais do que ausência ou privação do ser ou simplesmente um puro nada, mas sobretudo uma privação concebida e imersa em um bem como em seu sujeito (COSTA, 2002).

Isso porque, tudo aquilo que não é, não possui defeitos e para existir é preciso que haja um bem ou algo bom para que seja corrompido. Sob este aspecto, o mal está implicitamente

presente em um bem que não atingindo perfeitamente determinada ação, conforme os atributos universais, seu nível de bondade torna-se mal (GILSON, 2006).

Em outras palavras, o mal não pode existir fora do bem e só a partir desses princípios é possível compreender a presença do mal no mundo.

No entanto, segundo Agostinho, o mal não foi criado por Deus, uma vez que o Sumo Bem não cria nada com natureza corruptível, mas apenas coisas boas. Deste modo, Deus é o próprio Ser que criou o mundo bom, e de tal maneira, que concedeu ao homem a vontade, a deliberação, isto é, o livre arbítrio, para que este pudesse escolher por conta própria, a melhor maneira de se viver (AGOSTINHO, 2019).

E é a partir das suas escolhas livres que se torna possível a realização do bem ou do mal no mundo. Assim, este é o mal moral que é uma consequência da liberdade humana e não está relacionado a Deus, nem tampouco foi doado aos seres humanos para que tivessem a possibilidade de fazer o mal (EVANS, 1995).

Todavia, Deus que é acima de tudo, o logos, a razão pura, criou o homem mediante uma *Lei eterna*, isto é, uma ordenação natural para que o homem tivesse essa capacidade racional de buscar e se conectar com Deus, de modo que a vida racional pudesse estar à frente da vida do corpo, dos prazeres ou das particularidades relacionadas aos bens materiais (CARY, 2013).

Esta ordenação natural, possibilita a toda criatura racional, a vontade livre de respeitar essa lei eterna que o Sumo Bem concedeu para praticar o bem mediante a boa vontade ou, por outro lado, subverter esta lei a partir da má vontade, ao passo em que a razão deixa de servir a Deus para ser comandada pelo corpo e pelas coisas sensíveis deste mundo. Por conseguinte, o mal moral para Agostinho, é admitir uma vida cuja finalidade seja o corpo. É deixar ser conduzido pela má vontade, é querer o mal e escolher o mundo à Deus (AGOSTINHO, 2019).

Ademais, é inverter a ordem natural que o próprio Deus nos concedeu, é escolher o pecado, ou ainda, é deliberar fazer o mau uso das coisas que estão disponíveis a nós, ao invés de colocar seu prazer na razão, no logos, na busca pela Sabedoria Eterna. Isso porque sábio para Agostinho é aquele que se utiliza a razão para encontrar a Deus e o encontra, haja vista que ele está dentro de nós, como ideia e como verdade indubitável que não está apenas afirmado pela fé, mas pela procura racional (COSTA, 2002).

Portanto, se o mal existe no mundo é porque nem sempre fazemos bom uso das coisas boas que Deus disponibiliza para nós. Além disso, nossa vontade que é um bem dado por Deus,

é livre, mas pode causar efeitos prejudiciais, se o movimento dessa vontade for contrário ao propósito racional que é escolher o bem (EVANS, 1995).

Esse movimento em optar pelo pecado não provém de Deus, mas do livre arbítrio de se esquivar do Bem Supremo para assim se apegar aos bens inferiores. Por conseguinte, não podemos conhecer o nada, ou seja, o não ser que é a origem desse movimento subversivo, porém, podemos identificá-lo a partir das más ações praticadas pelos homens que exprimem defeito, falta de ordem ou pecado (GILSON, 2006).

Sob este aspecto, contudo, Agostinho nos esclarece que, a partir das sagradas escrituras, Deus criou o primeiro homem em um estado de natureza considerado como um dom divino, numa condição de retidão, ao passo que ele era incorruptível e imortal e não cometia pecado algum, pois desprezava espontaneamente o erro, ademais, seu corpo estava submisso a sua razão (AGOSTINHO, 2019).

Deus havia concedido aos homens, um dom gratuito que possuía a finalidade de serem guiados por uma luz natural que os desviava das trevas da ignorância e os impulsionava a adquirir todas as virtudes, conservando-os a perseverar no bem sem qualquer intervenção do mal. Inclusive, Deus havia concedido aos homens, uma das maiores virtudes, que é a obediência, já que a mesma é tida como necessária para evitar o pecado (REIS, 2006).

No entanto, foi mediante a essa desordem do primeiro homem que consequências foram geradas, o homem perdeu a graça santificante, isto é, o seu estado de natureza foi modificado e se antes era boa tornou-se viciosa e marcada pelo pecado original, o qual tende a levar o homem a agir mal (GILSON, 2006).

Desse modo, a partir do desvio da razão ou do mal uso do livre arbítrio ou da vontade, o homem se distanciou da felicidade plena e aproximou-se da concupiscência e da ignorância, uma vez que passou a sentir dificuldade em praticar virtudes meramente naturais; o que para ele é como praticar atos heróicos e vivenciar um certo impasse na busca pelo saber. Não obstante, mediante as sagradas escrituras, Agostinho explica que Deus vem em socorro do homem pecador e transforma pela graça a sua natureza inicial que foi alterada pelo pecado (AGOSTINHO, 1995).

Essa “graça” é semelhante ao estado de natureza anterior à queda. “É o conjunto de dons gratuitos de Deus que têm por fim tornar possível a salvação do homem em estado de natureza decaída” (GILSON, 2006, p. 287).

A graça é entendida mediante o âmbito sobrenatural e possui a função de restabelecer a ordem de Deus que foi perdida com o pecado e se dá por meio da fé, isto é, quando o homem

põe sua credibilidade em Deus e consente agir com boa vontade, segundo a liberdade que Deus o concedeu. Ademais, como a graça é um dom gratuito, ela é obtida não mediante as nossas obras e méritos, mas por meio da fé e de uma certa eleição ou predestinação de Deus que é guiada por sua justiça divina. Deste modo, é a graça que torna a vontade do homem boa e possibilita que este se enquadre na lista dos eleitos que utilizam sua liberdade para fazer o bem; e aqueles que recusam a graça deixando-se serem comandados pelo pecado, impedem que a justiça divina os encaminhe à verdadeira liberdade (AGOSTINHO, 2004).

Além disso, essa graça que Deus consente ao homem de boa vontade e que corresponde a essa predestinação permite que este aja em conformidade a sabedoria divina sem alterar a sua vontade ou a sua liberdade, ao passo que possibilita à vontade se deleitar livremente à prática do bem (OLIVEIRA, 1995).

Deus sabe com antecedência de todas as ações provindas do nosso livre arbítrio e o porquê de cada uma delas, no entanto, sua presciência não altera em nada a liberdade do homem, pois essa predestinação é mais do que a previsão das boas ações do homem, é a própria ação divina que possibilita a escolha daqueles que irão ministrar a Sua graça e que, desse modo, deseja salvar. Isso porque, para Agostinho:

Deus tem piedade daqueles que quer salvar e os justifica; quanto àqueles de que ele não quer ter piedade, endurece-os ao não lhes oferecer a graça nas condições em que eles a aceitariam. Podemos estar certos de que não há nenhuma iniquidade em Deus. Logo, se ele tem piedade de quem lhe agrada e endurece quem lhe agrada, é em virtude de uma secreta e impenetrável equidade, da qual podemos conhecer a existência, mas cujos motivos não saberíamos escutar (GILSON, 2006, p. 302).

Sendo assim, segundo Agostinho, a graça e o livre arbítrio estão intrinsecamente relacionados, uma vez que a graça é o socorro sobrenatural que vem mediante a nossa boa vontade e todas as nossas boas escolhas estão para além do nosso livre arbítrio, de modo que estão referidas à questão da graça e da liberdade, ao passo que Deus pode intervir com sua graça para prevenir do erro àqueles que de boa vontade reconhecem seus maus atos e desejam ser perdoados (GILSON, 2006).

No entanto, por outro lado, a doutrina pelagiana, que passou a ser combatida por Agostinho, desconhecia a necessidade da vontade, isto é, do livre arbítrio, pois acreditava que Deus só intervinha com a graça após o perdão dos nossos pecados (AGOSTINHO, 2019). A graça defendida por Agostinho é aquela que não inibe à vontade, mas aquela que a torna boa, haja vista que mediante o pecado original, toda vontade está destinada a ser má, porém todo

aquele que for contemplado pela graça de Cristo, saberá de verdade o que é ser livre, pois terá forças para fazer o bem (REIS, 2006).

Se temos a possibilidade de fazer o mal é porque temos o livre arbítrio, não obstante, se temos também a capacidade de não o fazer é sinal da nossa livre e boa escolha.

Apenas quando Agostinho se depara com a leitura da carta de São Paulo, nas sagradas escrituras, é que ele pôde compreender a incapacidade da vontade humana em realizar o bem que ele almeja e por ser corrompida precisa da graça de Deus para fazer o bem.

Isso é explicado por Agostinho, quando ele afirma que a graça não é algo meritório, em que o homem deve se esforçar e buscar, como afirmava o pelagianismo, mas é um bem gratuito que é concedido por Deus, até mesmo àqueles que praticam o mal ou que estão manchados pelo pecado (EVANS, 2006).

Contudo, é a vontade humana mediante seu livre arbítrio que consente o auxílio e execução da sua graça. O efeito que a graça provoca sobre a liberdade é a inversão da satisfação da prática do mal pela satisfação e amor pelo bem, uma vez que o homem, mediante a graça passa a amar aquilo que antes ele repugnava, embora a sua liberdade continue inalterável (GILSON, 2006).

Essa vontade que é guiada pela liberdade é livre, mas não expressa a todo instante esse sentido de liberdade, isto é, ela nem sempre deseja fazer o bem, ela anseia continuamente o mal, visto que o pecado original impossibilitou o homem mediante o seu livre arbítrio a amar a Deus com a sua própria força e vontade (EVANS, 2006).

Quando o homem se deixa conduzir por essa *defecção*, isto é, por este defeito herdado pelo pecado original, deixa-se, portanto, ser dominado por suas paixões e sua vontade permanece ainda mais enredada na concupiscência, mas quando se rende à graça possibilita que a vontade se torne mais livre e saudável (CARY, 2013).

Diante do exposto, podemos mencionar que para Agostinho a liberdade plena consiste na submissão espontânea a verdade, também chamada de Ser Supremo, a realidade objetiva onde a alma racional encontra sua felicidade segura (EVANS, 2006).

A seguir, ainda dentro desse contexto, abordaremos sobre o problema do mal na visão de Agostinho, todavia, analisando as relações entre liberdade da vontade e liberdade da ação.

3.2 AS RELAÇÕES ENTRE LIBERDADE DA VONTADE E LIBERDADE DA AÇÃO

Santo Agostinho, nos faz compreender que o mal é resultado da nossa livre escolha e Deus não pode ser o culpado disso, mesmo tendo criado a vontade. Isso porque, quando Deus criou as criaturas possibilitou a todas elas uma vontade livre, a fim de que pudéssemos utilizá-la para o bem, de forma sábia e virtuosa (SILVA, 2008).

Porém, se transformamos o dom divino e superior da nossa razão concedida pelo próprio Deus, para praticarmos o que é mal, é porque livremente optamos pelas coisas inferiores. Além disso, o homem não é forçado a agir mal, pois além de ser livre, possui uma natureza boa que provém de um Deus bom que o criou substancialmente bom. O problema, todavia, não está na substância da criatura, propriamente dita, mas na maneira como esta natureza se comporta, quando as criaturas se inclinam para o mal (AGOSTINHO, 2019).

A liberdade da vontade é expressa como o movimento da alma que se encontra sempre em constante luta para querer ou não querer realizar determinada ação moral. A vontade, mesmo sendo um bem em si mesma, quando se afasta das coisas superiores, isto é, do bem e, se volta às coisas inferiores e, individuais, aproxima-se do pecado e põe em prejuízo a substância do homem, já que Deus, o Logos, é o fundamento da criatura racional e o criou para o bem (HORN, 2008).

Foi, então, a partir dessa primeira liberdade da vontade, em querer fazer o mal, que todos os homens, herdaram em sua natureza esse mesmo desejo, todavia, Agostinho nos afirma que somente mediante a graça divina é que podemos ser impulsionados novamente para a realização do bem e não diz respeito a nenhum esforço humano como afirmavam os pelagianos (SILVA, 2008).

Essa graça divina que nos conduz ao bem mais perfeito, é tida como um socorro para a vontade que foi danificada pelo pecado, ela assiste a vontade do homem para que este possa desejar e agir livremente sem recorrer ao pecado. Assim, todas as nossas boas ações são inspiradas pela graça de Deus, de modo que apesar de serem provindas dos nossos atos livres, são dons gratuitos que foram concedidos por Deus (COSTA, 2002).

O mal está no modo em que colocamos nossa vontade - se a direcionamos segundo a nossa concupiscência agimos mediante uma vontade doente, mas se a encaminhamos em conformidade à nossa razão, agimos mediante a nossa liberdade da vontade - e esta liberdade é, justamente, a possibilidade de independência que Deus concede ao homem, ao passo em que pode escolher pecar, praticar o mal, ou se abster do pecado (EVANS, 2006).

Deste modo, o único caminho que leva ao mal é a vontade que parte do sistema racional do homem, já que a vontade é uma disposição natural do ser racional. O intelecto dirige a

vontade e as ações do homem através do conhecimento e do pensamento racional, ao passo que o homem pode escolher e decidir livremente o que é bom e o que é mal, e a partir do momento que ele decide, deve agir mediante essa sua liberdade da ação, que consiste basicamente na possibilidade de aceitar o juízo da razão ou afastar-se dele (AGOSTINHO, 2004).

Por conseguinte, a razão irá deliberar e a vontade terá o poder da liberdade. Ademais, agir mediante a razão é, segundo Agostinho, o melhor caminho para entender e agir em conformidade às coisas divinas, inclusive no que concerne ao próprio bem (AGOSTINHO, 2019).

A razão será este instrumento concedido por Deus, para que mediante a sua graça divina nossas mentes sejam iluminadas a fazer o bem; e a partir dela entendermos de forma plena e perfeita, sem nos apoiarmos em nossos sentidos, pois existe uma realidade espiritual das coisas que está para além dos sentidos, como é o caso do mal que é ausência de bem e o próprio entendimento de Deus o qual não é o autor do mal (SILVA, 2008).

O conhecimento, é justamente, um perceber intelectual. Assim, só quando nos afastamos do entendimento via sensorial é que passamos a compreender e a agir em conformidade ao bem, já que a graça divina que é inteligível ilumina nossa liberdade que também está para além das coisas sensíveis e desse modo passamos a agir com boa vontade, a partir da nossa razão, mediante a graça e em direção ao bem (AGOSTINHO, 2019).

Assim, compreende-se que a relação entre vontade e liberdade na visão de Santo Agostinho, gerou e gera grandes debates. Agostinho aprecia o livre-arbítrio da vontade, contestando a tese maniqueísta, que tendia a recair sobre Deus a responsabilidade pelo mal e pelo pecado (EVANS, 2006).

Todavia, a sua valorização a liberdade humana, fez com nascesse a controvérsia com Pelágio, o qual ressalta a liberdade natural de todo homem, diminuído assim, o papel da graça; se o homem tiver força de vontade, aspirar, ele pode ser salvo. Contudo, para Agostinho a graça de Deus se trata de uma ação imperativa (HORN, 2008).

Desse modo, a relação vontade x liberdade em santo Agostinho, passa essencialmente pelo papel da graça. Em outras palavras, sem a graça de Deus o livre-arbítrio, após o pecado original, não conseguiria se reerguer, ou realizar o bem (AGOSTINHO, 2019).

Ainda de acordo com Agostinho, a vontade tende a ser má, a colocar a felicidade em elementos sensíveis, modificáveis e passageiros. O papel da graça é exatamente torná-la boa, ou seja, viver com retidão e de maneira honesta (COSTA, 2002).

Ao escolher o Bem Supremo como desígnio, o homem alcança a felicidade, pois a Virtude e a Sabedoria, identificadas por Agostinho com Deus, são bens inesgotáveis. E aí consiste na plena liberdade humana, voltar-se para a segurança de algo que o homem só perde por sua própria vontade (AGOSTINHO, 2019).

Compreendido esse ponto, passaremos para a relação entre o mal e a vontade humana na visão de Agostinho no tópico a seguir.

3.3 AS RELAÇÕES ENTRE O MAL E A VONTADE HUMANA

Santo Agostinho fez importantes reflexões sobre as relações entre o mal e a vontade humana, buscando compreender a origem, a natureza e as consequências do mal, assim como o papel da vontade humana nesse contexto. Sua abordagem influenciou significativamente o pensamento cristão posterior e continua a ser objeto de estudo e debate (SILVA, 2008).

Agostinho argumentava que o mal não é uma entidade substancial em si mesmo, mas uma privação ou uma corrupção do bem. Deus, como o ser supremo e criador de tudo o que existe, criou tudo bom, incluindo a vontade humana. No entanto, a vontade humana possui liberdade e a capacidade de se desviar do bem (OLIVIA, 2013).

Em suas análises ele identificou o pecado como a causa fundamental do mal. Ele acreditava que o pecado era o resultado de uma má vontade humana, uma escolha consciente de afastar-se de Deus e buscar a satisfação egoísta dos desejos mundanos. Essa má vontade, segundo Agostinho, era resultado de uma inclinação desordenada dos desejos humanos, conhecida como concupiscência (AGOSTINHO, 2007).

A vontade humana, para Agostinho, é afetada pela condição do pecado original, herdada de Adão e Eva. Ele argumentava que, como consequência desse pecado, a vontade humana foi enfraquecida e corrompida, tornando-se inclinada para o mal. Agostinho descrevia a vontade humana como *curvata in se* (curvada sobre si mesma), incapaz de alcançar plenamente o bem e inclinada a buscar satisfação e prazer egoístas (BROWN, 2005).

Em sua linha de raciocínio argumentava que o mal não possui uma existência substancial em si mesmo, mas é uma privação ou uma corrupção do bem. Segundo ele, Deus criou tudo bom, incluindo a vontade humana, que era originalmente voltada para o bem e para Deus. No entanto, a vontade humana possui liberdade e, por meio dessa liberdade, pode escolher se afastar de Deus e do bem (BIGNOTTO, 1992).

Agostinho identificou o pecado como a causa fundamental do mal. Ele acreditava que o pecado era o resultado da má vontade humana, da escolha consciente de afastar-se de Deus e buscar a satisfação egoísta dos desejos mundanos, haja vista que concebia a má vontade como o produto dessa tendência desordenada dos desejos humanos, conhecida como concupiscência (AGOSTINHO, 2019).

No entanto, ele também reconhecia que a vontade humana, por si só, não era capaz de superar o pecado e o mal. Enfatizava a importância da graça divina para a redenção e a transformação da vontade humana. Agostinho afirmava que somente através da graça de Deus a vontade humana poderia ser renovada e voltar ao seu estado original de buscar o bem e a união com Deus (SILVA, 2008).

Agostinho enfatizava que essa liberdade não era suficiente para superar o pecado e o mal por conta própria. Ele acreditava que a graça divina era necessária para a redenção e a transformação da vontade humana.

Para o filósofo o mal está intimamente ligado à vontade humana, pois é através da má vontade e do pecado que o mal surge. No entanto, Agostinho também ressaltava a importância da graça divina na transformação da vontade humana e na superação do mal. Sua visão influenciou profundamente o pensamento cristão posterior sobre a natureza do mal e a vontade humana (SILVA, 2008).

Para ele, somente através da graça de Deus a vontade humana poderia ser renovada e voltar ao seu estado original de buscar o bem e a união com Deus. Ele enfatizava a importância da intervenção divina na salvação e no processo de tornar a vontade humana boa novamente (AGOSTINHO, 2019).

Em suas obras, Agostinho explorou profundamente essas relações complexas entre o mal e a vontade humana, oferecendo uma análise teológica e filosófica detalhada. Sua visão influenciou o pensamento cristão posterior, especialmente no que diz respeito ao entendimento da natureza humana, da liberdade e da necessidade da graça divina para superar o mal (CARY, 2013).

A seguir, abordaremos um pouco sobre o mal moral e o pecado na visão de Agostinho.

3.4 AS RELAÇÕES ENTRE O MAL MORAL E O PECADO

Agostinho desenvolveu uma profunda reflexão sobre o mal moral e o pecado em suas obras, especialmente em sua obra monumental *Confissões*.

Para Santo Agostinho, o mal moral está intrinsecamente relacionado ao pecado, uma vez que o mal moral é uma consequência da vontade humana desviada de Deus, daquilo que ele chamava de concupiscência. Agostinho acreditava que todos os seres humanos nascem com a marca do pecado original, que foi transmitido por Adão e Eva no Jardim do Éden. Essa marca do pecado afeta a vontade e a inclinação do ser humano para o mal (SILVA, 2008).

Segundo Agostinho, o pecado é uma transgressão consciente e voluntária da lei divina, um afastamento da ordem estabelecida por Deus. Ele via o pecado como uma violação do amor e da justiça divina. Agostinho argumentava que o pecado não é apenas um ato externo, mas também uma condição interna, uma inclinação inerente à natureza humana, que se manifesta em pensamentos, desejos e ações contrárias à vontade de Deus (AGOSTINHO, 2017).

Para Agostinho, o pecado moral é uma escolha egoísta que busca a satisfação dos desejos terrenos em detrimento da obediência a Deus. Ele via o pecado como uma espécie de desordem da alma, um desequilíbrio causado pela busca desmedida dos prazeres materiais e uma separação da vontade divina (REIS, 2006).

Santo Agostinho enfatizava a necessidade da graça divina para a redenção e a superação do mal moral. Ele acreditava que somente através da graça e do perdão de Deus é possível restaurar a ordem e a harmonia da alma, libertando-a da escravidão do pecado (AGOSTINHO, 2017).

Em resumo, de acordo com Santo Agostinho, o mal moral e o pecado estão intimamente ligados. O mal moral é visto como uma consequência da vontade desviada da de Deus, uma inclinação para o egoísmo e a busca dos prazeres terrenos. O pecado é considerado uma transgressão voluntária da lei divina, uma violação da ordem estabelecida por Deus. No entanto, Agostinho também ressalta a importância da graça divina como meio de redenção e libertação do pecado (SILVA, 2008).

Na filosofia de Santo Agostinho, as relações entre o mal moral e o pecado são fundamentais para compreender sua concepção da condição humana e o papel da graça divina na busca pela redenção (AGOSTINHO, 2017).

Agostinho parte da ideia de que o mal moral é uma manifestação da vontade desviada do ser humano, resultante de sua separação de Deus. Ele argumenta que o mal não tem existência real em si mesmo, mas é uma privação do bem, uma ausência ou distorção daquilo que é intrinsecamente bom. Assim, o mal moral não é algo substancial, mas uma negação do bem moral e uma inclinação egoísta (OLIVEIRA, 1995).

O pecado, para Agostinho, é a expressão máxima desse mal moral. Ele o define como uma transgressão voluntária e consciente da lei divina, uma escolha deliberada de desobedecer aos mandamentos de Deus (COSTA, 2022).

Agostinho acredita que o pecado tem raízes profundas na natureza humana, que foi afetada pelo pecado original, transmitido por Adão e Eva. Essa marca do pecado torna os seres humanos inclinados ao egoísmo, à busca dos prazeres mundanos e à separação de Deus.

Para Agostinho, o pecado é uma desordem da alma, uma inversão da hierarquia correta dos desejos e das prioridades. Ele argumenta que o ser humano, ao buscar satisfazer seus desejos terrenos em detrimento da desobediência a Deus, perde a harmonia interna e se torna prisioneiro de suas próprias paixões desordenadas (SILVA, 2008).

No entanto, Agostinho não vê o ser humano como totalmente impotente diante do pecado e do mal moral. Ele defende que a graça divina é essencial para a redenção e a superação do pecado. Agostinho argumenta que somente através da intervenção da graça é possível quebrar o ciclo vicioso do pecado e restaurar a ordem e a harmonia da alma (CUNHA, 2001).

Para Agostinho, a graça divina atua como um remédio para a condição humana decaída. É por meio da graça que a vontade humana é fortalecida, os desejos são reorientados para Deus e a alma é libertada da escravidão do pecado. Agostinho enfatiza que a graça não é algo que possa ser merecido ou conquistado pelo ser humano, mas é um dom gratuito e incondicional de Deus (AGOSTINHO, 2017).

Em suma, na filosofia de Santo Agostinho, o mal moral e o pecado estão profundamente entrelaçados. O mal moral é visto como uma privação do bem moral e uma inclinação egoísta resultante da separação de Deus. O pecado é a manifestação máxima desse mal moral, uma transgressão voluntária da lei divina (SILVA, 2008).

No entanto, Agostinho também enfatiza a importância da graça divina como meio de redenção, restauração da ordem interna e libertação do ciclo do pecado.

Em suma, Agostinho ensina ao longo de sua obra *O Livre-arbítrio*, a sua busca constante de uma explicação da causa para o mal. Compreendendo que o mal é o nada, o não ser, a pura privação do bem; sua origem igualmente fica esclarecida, ela está vinculada à liberdade da vontade humana (AGOSTINHO, 2017).

Agostinho consegue evidenciar, com sensatez, que o problema do mal está unido à sua origem e que, uma vez que não está em Deus, que é ricamente bom e justo, encontra-se no homem e é posto em movimento por meio do seu livre-arbítrio e de suas próprias escolhas (CUNHA, 2001).

Assim, O livre-arbítrio compõe um presente de Deus para que o homem não opte pelo mal, mas com sua liberdade e, ajudado pela graça, decida-se e escolha sempre por Ele (DODARO, 2014).

Dessa maneira o desejo de Agostinho de preservar Deus da incriminação de ser o autor do mal é obtido, porquanto, ao invés de ser a razão do mal, o Criador é compreendido como o causador de todos os bens. Deus não pode nunca ser considerado o autor do mal, uma vez que este tem sua origem no livre-arbítrio da vontade humana (PICH, 2005).

Assim sendo, o problema do mal está conexo com a responsabilidade do homem, ser racional e livre que, amparado pela graça divina, precisa procurar a plena felicidade, que está apenas em Deus (AGOSTINHO, 2017).

E, ainda nesse sentido, o capítulo seguinte abordará, em busca de finalizar essa temática, acerca do livre arbítrio no modelo agostiniano da ação moral.

IV - O LIVRE-ARBÍTRIO NO MODELO AGOSTINIANO DA AÇÃO MORAL

O ser humano anseia fazer o bem, contudo, existe algo em seu interior que, em alguns momentos, não o admite fazer. Este algo, de acordo com Agostinho, precisa vir antes mesmo da decisão de fazer ou não determinada coisa. Seria como um algo metafísico que ele chama de livre arbítrio.

Ao expor e ponderar os argumentos precedentes, observa-se que há um paradoxo onde o ser humano busca fazer o bem e viver de maneira virtuosa, todavia, por vezes, não consegue. O que leva, então, o ser humano a não conseguir alcançar seu desejo de ambicionar proceder bem? Para buscar resolver esse paradoxo, Agostinho estabelece a existência de uma energia distinta do desejo e do entendimento, que é a livre vontade.

É essa potencialidade coeva em todo ser humano que determina o seu operar moral ou imoral. Por meio de sua obra *O Livre Arbítrio*, Agostinho menciona: “Não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (AGOSTINHO, 2019. p.50).

Aqui está o ponto decisivo onde o mesmo revela que, após constatar completas as maneiras possíveis que poderiam condicionar o ser humano a cometer o pecado, que apenas a vontade e o livre-arbítrio podem tornar o ser cúmplice, e até escravo, de suas paixões, e admitir que estas condicionem suas ações, o conduzindo assim, ao erro.

Assim sendo, neste capítulo, abordaremos sobre o livre arbítrio na visão de Santo Agostinho, tendo em vista a sua relação com o problema do mal na teoria da ação, e por conseguinte, o mal moral e o pecado na ação humana.

4.1 O LIVRE-ARBÍTRIO AGOSTINIANO

Ao analisar a obra *O Livre Arbítrio* através do livro I, Agostinho e Evódio dialogam acerca da vontade livre que existe no homem e que esta é proveniente da graça (dom que vem de Deus). Todavia, Agostinho levanta questionamentos relacionados a autoria do mal, se este, seria, de autoria de Deus.

Neste ponto do diálogo entre Agostinho e Evódio, os dois compreendem e concordam em seus pensamentos que Deus não é autor do mal, mas que o homem, sim, desenvolve em si mesmo este mal por meio do livre arbítrio, que segundo Agostinho nada mais é do que “ter acesso ao poder de decisão ou opção, concedido por Deus para o nosso bem” (AGOSTINHO,

2004, p. 89), e a partir daí o próprio homem que abre brecha para o mal através do seu poder de escolha exercido por meio da sua vontade humana.

Para Agostinho, Deus só fez coisas boas, e a causa do mal deve ser investigada no homem e em seu interior, pois não podemos colocar em Deus o poder e o peso das nossas decisões (AGOSTINHO, 2004).

Para o santo, o mal nunca virá de Deus, sendo o livre arbítrio, portanto, um bem, concedido por Deus aos homens. Nesse ponto, e diante da afirmação de Agostinho de que o livre-arbítrio é um bem dado por Deus, Evódio levanta alguns questionamentos ao assegurar que é por tal liberdade que o homem vem a pecar: “O quanto me parece ter compreendido no livro anterior, é que nós só possuímos o livre-arbítrio da vontade, mas acontece ainda que é unicamente por ele que pecamos” (AGOSTINHO, 2004, p. 73).

A abordagem temática deste sumário acontecerá de maneira mais explícita por meio do Livro II, que virá a abordar acerca da origem do mal, ou seja, de onde ele vem, evidenciando, mais uma vez, que o mesmo se encontra no livre arbítrio e não é fruto de Deus. É uma privação de certo bem, daquele que pode deliberar (GILSON, 2006).

Ao abordar esta temática, Agostinho se utiliza de exemplos do dia a dia em busca de levar/trazer uma maior compreensão acerca do assunto. Essa afirmação de Evódio abarca diversas implicações (CUNHA, 2001).

Agostinho crê que o livre-arbítrio se trata de um bem e, assim sendo, só pode ser concedido por Deus, uma vez que Ele é a fonte de todo o bem. Todavia, se é por meio desta liberdade de juízo que o homem vem a pecar e, sendo o pecado um mal, ter-se-ia dois problemas: se, de fato, o livre arbítrio é um bem; e, se é por possuir a capacidade de livre arbitrariedade que o homem peca, como pode essa capacidade ter sido dada por Deus, já que este é a fonte particular de todo o bem? (AGOSTINHO, 2004).

Se faz relevante compreender que mesmo Agostinho sendo cristão e fervoroso na fé, em seus estudos, entendimentos e investigações ele junta dois meios: a fé e a razão. Com base no pensamento agostiniano, não basta somente ter fé, é preciso saber acerca do que se acredita. E, de mesmo modo, não basta somente mover-se pela razão, pois, para que essa seja eficiente, é preciso crer no que se investiga (GILSON, 2006).

Dessa maneira, em seus pensamentos acerca do livre-arbítrio, Agostinho inicialmente prova a existência de Deus, e, sem sequência prova que o livre-arbítrio é um bem e, por conseguinte, provém de Deus (OLIVA, 2013).

A noção de livre-arbítrio desempenha um papel central na filosofia de Santo Agostinho. No entanto, a concepção agostiniana do livre-arbítrio difere de algumas visões contemporâneas sobre o tema, de modo que, Agostinho desenvolve uma abordagem complexa que busca conciliar o livre-arbítrio com a soberania divina e a queda da humanidade (CARY, 2013).

Para Agostinho, o livre-arbítrio não significa uma liberdade total e ilimitada de escolha. Ele argumenta que, após a queda de Adão, a vontade humana foi ferida e inclinada ao pecado. Essa ferida do pecado original passou a limitar a capacidade do ser humano de escolher o bem de maneira plena e livre (GILSON, 2006).

Agostinho acredita que, por conta dessa condição decaída, os seres humanos têm uma tendência natural ao pecado e à busca de prazeres terrenos, o que afeta de modo considerável na liberdade de escolha de cada ser racional e vivente (CUNHA, 2001).

No entanto, Agostinho também enfatiza que o livre-arbítrio não foi totalmente danificado. Ele argumenta que, apesar das limitações impostas pelo pecado original, os seres humanos ainda possuem a capacidade de escolher e agir em direção ao bem. Agostinho acredita que essa capacidade é resultado da graça divina, que restaura e fortalece a vontade humana para fazer escolhas que se alinhem com a vontade de Deus (AGOSTINHO, 2004).

Assim, para Agostinho, o livre-arbítrio não é uma liberdade absoluta e autônoma, mas uma liberdade condicionada pela natureza humana ferida pelo pecado. A vontade humana é influenciada por desejos desordenados, mas também pode ser transformada e direcionada para o bem através da graça divina (HORN, 2008).

Outro aspecto importante na concepção de Agostinho sobre o livre-arbítrio é sua relação com a soberania divina. Ele argumenta que Deus é onisciente e conhece todas as escolhas que os seres humanos farão. No entanto, essa presciência divina não nega a liberdade humana. Agostinho propõe que a presciência de Deus está em perfeita harmonia com o livre-arbítrio, e Deus não viola a liberdade humana ao conhecer antecipadamente as escolhas que as pessoas farão (AGOSTINHO, 1995).

Em suma, o livre-arbítrio agostiniano envolve uma tensão entre a capacidade limitada do ser humano de escolher o bem devido à influência do pecado original e a capacidade restaurada e fortalecida pela graça divina. Agostinho reconhece que a liberdade humana é condicionada, mas ainda sustenta que os seres humanos são agentes morais responsáveis por suas escolhas (CARY, 2013).

Assim, Agostinho reconhece as limitações impostas pelo pecado original que afetam a vontade humana e a inclinam ao pecado. No entanto, ele também enfatiza a capacidade restaurada e fortalecida de escolher o bem pela graça divina (DODARO, 2014).

Portanto, a compreensão do livre-arbítrio agostiniano oferece uma reflexão profunda sobre a relação entre a natureza humana, a graça divina e a busca pela redenção.

Em continuidade ao que até aqui já abordado, trataremos na próxima seção as relações do livre arbítrio com o problema do mal na teoria da ação agostiniana.

4.2 AS RELAÇÕES DO LIVRE-ARBÍTRIO COM O PROBLEMA DO MAL NA TEORIA DA AÇÃO AGOSTINIANA

Na filosofia agostiniana, o livre-arbítrio desempenha um papel crucial na análise do problema do mal e deste modo, Santo Agostinho busca conciliar a existência do mal com a existência de um Deus bom e onipotente. Nessa perspectiva, o livre-arbítrio é uma peça fundamental para a compreensão dessa relação complexa (GILSON, 2006).

O mal, portanto, defendido por Agostinho, não tem existência independente, mas é sempre parasita do bem, o único que tem existência substantiva. Isso porque, nada mal existe em si mesmo, mas apenas como um aspecto mal de alguma entidade real. Assim, tudo o que Deus criou é bom, e o fenômeno do mal ocorre apenas quando seres intrinsecamente bons, embora mutáveis, se tornam corrompidos e estragados (AGOSTINHO, 2019).

Agostinho expressa o mesmo pensamento de outra perspectiva quando iguala ser com bondade. Deus, como o ser mais alto, mais rico e mais intensamente real, é o bem supremo, e tudo o que ele trouxe à existência é *ipso facto bona*. Por isso a corrupção que chamamos de mal nunca pode ser completa; pois se uma coisa se torna tão viciada na natureza que deixa de existir, o mal tido como parasita, deve também deixar de existir. Portanto, não pode haver um ser totalmente mau (DODARO, 2014).

Como ocorre essa deterioração da criação inicialmente boa de Deus? A resposta de Agostinho é que o mal entrou no universo através das volições culpáveis de criaturas livres, anjos e humanos. O pecado deles consistiu, não em escolher o mal positivo (pois não há mal positivo para escolher), mas em se afastar do bem maior, ou seja, Deus, para um bem inferior. "Pois quando a vontade abandona o que está acima de si mesma e se volta para o que está abaixo, ela se torna má - não porque seja o mal para o qual ela se volta, mas porque a própria volta é perversa" (AGOSTINHO, 2000, p. 06).

Agostinho sustenta que os males naturais, como a doença, são consequências divinamente ordenadas da queda primitiva do homem, e assim traça todos os males, que de maneira direta ou indireta, apontam para um mau uso da liberdade da criatura, uma vez que: "Existem dois tipos de mal, o pecado e a penalidade pelo pecado" (AGOSTINHO, 2017, p. 15).

Quando perguntamos o que causa a queda do homem, a resposta de Agostinho é sua doutrina da causalidade deficiente. Não há causa eficiente ou positiva para a má vontade. Em vez disso, a má vontade é em si uma negação ou deficiência e buscar sua causa "é como se alguém procurasse ver a escuridão ou ouvir o silêncio" (AGOSTINHO, 2000, p. 06).

Do ponto de vista de Deus, que vê atemporalmente e como um o panorama completo móvel da história criada, o universo é bom: "Para ti não existe o mal, e mesmo em toda a tua criação, tomada como um todo, não existe não é" (AGOSTINHO, 2017, p.13).

Ainda nesse sentido, Agostinho argumenta que o mal moral não é uma entidade em si, mas sim a ausência ou a corrupção do bem, e sob este viés, ele sustenta que o livre-arbítrio é a capacidade dada por Deus aos seres humanos de escolherem o bem ou o mal.

No entanto, Agostinho também reconhece que, devido à queda da humanidade, a vontade humana foi ferida e inclinada ao pecado. Isso significa que os seres humanos têm a capacidade de escolher o mal em vez do bem (GILSON, 2006).

A existência do mal moral é explicada por Agostinho como um abuso ou uma corrupção do livre-arbítrio. Ele argumenta que Deus criou os seres humanos com a liberdade de escolha, pois o amor verdadeiro só é possível quando é livremente dado. No entanto, essa liberdade também implica a possibilidade de escolher o mal. Ademais, Agostinho sustenta que a origem do mal moral está na vontade humana desviada do seu propósito original de amar e buscar a Deus (CARY, 2013).

Nesse contexto, o problema do mal surge como uma questão inevitável. Como pode um Deus bom permitir a existência do mal moral? Agostinho aborda essa questão relacionando-a ao livre-arbítrio.

Ele argumenta que Deus, em sua sabedoria e bondade, permite o mal moral como parte de um plano maior. Embora o mal seja um resultado da vontade humana desviada, Deus é capaz de usar o mal para fins bons, redimindo e transformando o sofrimento humano em um bem maior (GILSON, 2006).

Agostinho destaca que Deus não é o autor do mal, mas pode trazer o bem até mesmo dos atos maliciosos dos seres humanos. Ele argumenta que Deus permite o mal como uma consequência do livre-arbítrio, pois a redenção e a transformação do mal são um testemunho

do poder da graça divina. Agostinho sustenta que Deus usa até mesmo os atos malignos dos seres humanos para manifestar sua bondade, sua justiça e seu plano salvífico (AGOSTINHO, 2017).

Em suma, na teoria da ação agostiniana, o livre-arbítrio desempenha um papel essencial na análise do problema do mal. Agostinho argumenta que a existência do mal moral está relacionada à capacidade de escolha dos seres humanos e à queda da humanidade (GILSON, 2006).

No entanto, ele também enfatiza que Deus é capaz de usar o mal para fins bons, transformando-o em um instrumento da graça divina e da redenção. Assim, o livre-arbítrio se torna um elemento-chave na consonância da existência do mal com a bondade e a soberania divina.

Assim, entende-se que para Agostinho o Livre-Arbítrio significa ter acesso ao poder de decisão ou opção, entretanto, o mal não vem de Deus, mas sim do poder de escolha que o homem desempenha por meio de sua vontade. Deste modo, o mal não vem de Deus, e o livre-arbítrio é um bem, pois vem de Deus (AGOSTINHO, 2017).

Agostinho sustenta que há no homem uma vontade que é livre, e que do ponto de vista moral, deve ser utilizada para fazer o bem. Se isso não acontecer, ele será o total responsável. Dessa maneira, a responsabilidade pela prática do mal moral (pecado) é exclusiva do homem e da sua própria vontade, que precisa ser vigiada pela sua fé e obediência a Deus.

Compreendido estes pontos, chegaremos a última seção desse estudo, o qual analisaremos o mal moral e o pecado na ação humana segundo Santo Agostinho.

4.3 O MAL MORAL E O PECADO NA AÇÃO HUMANA

Como visto até esse ponto de discussão no estudo, compreendemos que a vontade do homem é que origina sua escolha entre fazer o bem ou mal. É complexo entender que o homem, consistindo em criatura de Deus e contendo o sopro de vida, isto é, o espírito, não consegue desempenhar a asserção benéfica de suas ações (SILVA, 2008).

Parte-se do entendimento de que Deus é perfeito e bom, e, portanto, o que cria de mesma maneira, possui categoria de perfeição e benevolência. À vista disso, tomar como veracidade que Deus criou o ser com imperfeições e com o mal, é contestar o preceito de perfeição e bondade, afora isso, o conceito de justiça de igual modo, é atribuído a Deus, pois Ele dissemina

recompensa aos bons e castiga aos maus, cada um recebendo de acordo e com base em suas ações (AGOSTINHO, 2019).

Assim sendo, na visão de Santo Agostinho, o mal moral e o pecado na ação humana estão intrinsecamente relacionados. Agostinho desenvolveu uma teoria complexa sobre o mal moral e o pecado, fundamentada na sua concepção da natureza humana, da vontade e da graça divina (AGOSTINHO, 2007).

Para Agostinho, o mal moral não é uma substância ou entidade em si, mas a ausência ou corrupção do bem. Ele argumenta que Deus é a fonte suprema do bem e que tudo o que é bom deriva de Deus (AGOSTINHO, 2017).

No entanto, Agostinho também sustenta que a vontade humana é dotada de liberdade e, portanto, é capaz de escolher afastar-se do bem e optar pelo mal. Essa capacidade de escolha é o que permite aos seres humanos cometerem atos moralmente maus (GILSON, 2006).

Agostinho considera que o pecado é uma manifestação do mal moral na ação humana. Ele descreve o pecado como uma vontade desordenada e desviada de Deus, que resulta em uma separação do ser humano de sua verdadeira natureza e de seu propósito original. Agostinho identifica o pecado como a raiz dos problemas e sofrimentos humanos, afirmando que ele corrompe a alma e a distancia de Deus, a fonte última do bem e da felicidade (REIS, 2006).

Uma das principais contribuições de Agostinho para a compreensão do mal moral e do pecado é sua teoria do pecado original. Ele sustenta que, como descendentes de Adão e Eva, todos os seres humanos herdaram a culpa e as consequências do pecado original. Essa culpa original é transmitida através da geração humana, resultando em uma inclinação natural para o pecado. Agostinho argumenta que o pecado original feriu a vontade humana, tornando-a fraca e propensa ao mal (SILVA, 2008).

Contudo, Agostinho não considera o ser humano completamente privado de livre-arbítrio. Ele afirma que, embora a vontade humana tenha sido ferida pelo pecado original, ainda resta uma capacidade limitada de escolha propensa em direção ao bem. E, por isso Agostinho enfatiza a importância da graça divina na restauração e fortalecimento da vontade humana. A graça, para Agostinho, é o dom gratuito de Deus que capacita os seres humanos a escolherem o bem e a se aproximarem de Deus, o Bem supremo. (BROWN, 2005).

Para Agostinho, a luta contra o mal moral e o pecado é uma batalha interior na qual os seres humanos dependem dessa graça divina para superar suas inclinações desordenadas. Através do arrependimento, da confissão e do recebimento dos sacramentos, como o batismo e a Eucaristia, Agostinho ressalta que esses são os meios mais eficazes para receber a graça e

fortalecer a vontade na luta contra o pecado. Agostinho acredita que os indivíduos podem buscar a reconciliação com Deus e a cura para a ferida da vontade (AGOSTINHO, 2017).

De acordo com Santo Agostinho, o mal moral e o pecado são intrinsecamente ligados à ação humana. Agostinho enfatiza a vontade desordenada e desviada da de Deus como a fonte do pecado, resultando em uma separação da natureza humana de seu propósito original. No entanto, Agostinho também destaca a importância da graça divina na restauração da vontade humana e na busca pela redenção e reconciliação com Deus (SILVA, 2008).

Agostinho, portanto, sustenta que o mal moral é o resultado das escolhas livres defeituosas dos seres racionais. É uma falha em fazer o que se deve e, portanto, uma privação, uma falta de algo que é naturalmente necessário - exigido por sua natureza que é originalmente boa - para permitir que um ser racional floresça (AGOSTINHO, 2019).

A deficiência é ter uma vontade que não se orienta para o bem. Ademais, Agostinho explica exatamente o que é o livre-arbítrio para fazer uma escolha defeituosa, que se exprime no deixar de escolher algo que um ser racional deveria ter para florescer como o tipo de coisa que é (REIS, 2006).

De acordo com Agostinho, o bem supremo de um ser racional é manter o relacionamento correto com Deus como o bem último. Uma má escolha é, portanto, aquela que falha em buscar o bem, ou seja, que se afasta de Deus (COSTA, 2002).

Uma vez que, como vimos, tudo o que um ser racional persegue, ele estabelece como um bem para si mesmo, o que significa que ele não persegue mais o bem eterno e imutável (Deus), mas persegue os bens temporais, em suma, o mal moral decorre da busca livre de bens temporais, e não do bem eterno. Essa é uma afirmação de conteúdo inegável, pois identificar os bens temporais como fonte do mal moral não é óbvio nem evidente (PICH, 2005).

A partir da discussão anterior, fica claro como um ser racional poderia buscar algo diferente de seu bem último. Os seres racionais têm livre arbítrio por natureza e, portanto, é uma característica intrínseca de sua natureza que lhes seja possível escolher erroneamente, isto é, orientar sua vontade em outro lugar que não seja para o seu bem (SILVA, 2008).

Por fim, Agostinho enfatiza que a graça divina é oferecida para curar e transformar a vontade humana. Ademais, a responsabilidade moral é reconhecida, apesar das limitações impostas pelo pecado e essa visão agostiniana tem profundas implicações para a compreensão da condição humana e da busca pela redenção (AGOSTINHO, 2017).

Assim sendo, o Criador, em sua presciência, tem conhecimento acerca de tudo o que acontece, assim como, sobre o que ainda acontecerá. Todavia, ainda que tendo a ciência de que

o homem poderá vir a pecar, Ele não intervém em sua vontade; mas, por meio da sua justiça também não o isenta de sofrer as consequências oriundas de suas más escolhas (SILVA, 2008).

Por meio de sua obra *O livre-arbítrio*, Agostinho assegura que é justa a punição do homem por ter empregado de maneira equivocada o livre-arbítrio da sua vontade:

Pois, se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de Deus. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada? [...] Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus. Conclusão, era necessário que Deus desse ao homem vontade livre (AGOSTINHO, 1995, p. 74-75).

Como podemos observar ao analisar o trecho acima citado Agostinho acredita que o Criador quis que o homem tivesse a vontade livre, sem a qual ele não teria que viver com retidão. A vontade, tendo sido conferida com esta finalidade, e não para alguém se convir dela usando-a no intuito de pecar. E, se usada para o mal, o castigo é colhido como resultado de sua escolha que gerou o pecado, sendo, portanto, justa a recompensa dada para aqueles que sabem utilizar sabiamente e retamente a sua vontade (AGOSTINHO, 2019).

Deus originou o homem com a ordenação natural de viver considerando a sua razão, para através dela buscá-lo. Esta ordem natural passou a ser invertida no momento em que o homem, concebido como ser livre, debela sua razão em busca de uma vida material e meramente animal, deixando de lado, portanto, a sua ação divina. Uma vez que o emprego da razão é a utilização da propriedade específica do homem que o difere dos animais, o elevando à categoria de criatura divina, ou seja, acima das outras criaturas (OLIVA, 2013).

Finalmente, compete mencionar que a ordem natural do homem não é a negação do mundo, mas sim, o viver de uma maneira em que o ser humano não se submeta aos bens materiais, mas que pelo contrário, os submeta a buscar a servir a razão nesse processo de operar, pensar, refletir e buscar a Deus. Dessa forma, Agostinho assevera que a vontade humana precisa da graça divina a todo momento, para assim, voltar a unir-se ao seu Criador (SILVA, 2008).

Assim, compreende-se que esta se trata de uma relação possível entre a graça divina e a liberdade humana, como fica aqui evidenciado através da obra *O livre-arbítrio*: “Assim, o homem que estiver mais completamente dominado pela graça de Cristo será também o mais livre” (AGOSTINHO, 2019, p. 25).

Dessa forma, na teoria agostiniana aqui exposta vê-se a ênfase da vontade livre e sua primazia nas ações do homem. Ao identificar a liberdade da vontade como razão do mal, Agostinho condiciona a confissão da consciência do mal à consciência de liberdade.

A compreensão não apenas da realidade humana em sua facticidade, mas, principalmente, a compreensão do mundo a partir de uma teodiceia é elucidada desde a capacidade do homem de operar com liberdade e da probabilidade de sua alma articular um movimento “irracional” desarmônico à Ordem e averso a Deus (CARY, 2013).

Ainda que Agostinho admita poder existir certo grau de fragilidade na qualidade do discernimento racional do ser humano, é a vontade, uma faculdade de pleno domínio de cada pessoa, que ele confere a origem da direção de cada ação e seus resultados, pelo que em sua teoria a noção de responsabilidade é sucessivamente um problema particular, restrito à consciência de quem decide.

É, portanto, da responsabilidade de cada pessoa, além dos efeitos exteriores de cada decisão tomada, a responsabilidade pela qualidade interior de sua mente, de seus princípios, enfim, de todo universo anímico em que tem vida e vontade.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o pensamento de Santo Agostinho sobre a ação moral, o mal e o livre-arbítrio nos oferecem uma perspectiva rica e profunda sobre a condição humana e nossa busca pela virtude e redenção. Agostinho reconhece a presença do mal moral no mundo, entendendo-o como uma ausência do bem e uma consequência da queda da humanidade.

No entanto, Agostinho também destaca a importância do livre-arbítrio na ação moral. Ele reconhece que, apesar das limitações impostas pelo pecado original, os seres humanos têm a capacidade de escolher entre o bem e o mal. O livre-arbítrio agostiniano é uma faculdade dada por Deus, que nos permite sermos agentes morais responsáveis por nossas escolhas e ações.

Ao mesmo tempo, Agostinho ressalta que o livre-arbítrio não é uma liberdade absoluta e autônoma, visto que a vontade humana foi afetada pelo pecado e inclinada ao mal, tornando-se uma fonte de tentação e desordem.

No entanto, ele acredita que Deus, em sua infinita bondade, oferece a graça divina como um remédio para curar e fortalecer a vontade humana, capacitando-nos a escolher o bem e buscar a Deus.

A visão de Agostinho sobre o papel do mal e do livre-arbítrio na ação moral nos desafia a refletir sobre nossa própria natureza e responsabilidade moral. Ademais, nos leva a reconhecer a presença do mal em nossas vidas e nos convida a examinar nossas escolhas e ações com humildade e autocrítica. Ao mesmo tempo, o livre-arbítrio nos lembra que somos agentes morais livres, com a capacidade de buscar a virtude e a transformação.

Por fim, a filosofia agostiniana nos convida a reconhecer a importância do papel de Deus em nossas vidas. A graça divina oferecida a nós nos dá a esperança de superar nossas inclinações ao mal e buscar a plenitude da vida moral. É por meio da graça que somos capacitados a escolher o bem, viver uma vida virtuosa e buscar a comunhão com Deus.

Portanto, a visão de Santo Agostinho sobre a ação moral, o mal e o livre-arbítrio nos convidam a abraçar nossa humanidade caída, a buscar a graça divina e a tomar decisões morais que nos conduzam à verdade, à virtude e à redenção. É por meio dessa busca que encontramos a plenitude de nossa existência e nos aproximamos da imagem de Deus a qual fomos criados para refletir.

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **Confissões** /tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammì. — 2º ed. — São Paulo: Penguin Classics companhia das letras, 2017.

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

AGOSTINHO, Santo, **Sobre o livre-arbítrio**; tradição de Everton Toresin — Campinas, SP: Ecclesiae, 2019.

AGOSTINHO. **A Verdadeira Religião**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

AGOSTINHO. **Cidade de Deus** (De Civitate Dei). Traduzido por William Babcock. Hyde Park: New City Press. 2013.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Tradução, organização, introdução e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

BIGNOTTO, N. **O Conflito das liberdades**: Santo Agostinho. In: Revista Síntese Nova Fase. Belo Horizonte: FAFICH, v. 19, n 58, p. 327-359, 1992.

BROWN, P. **Santo Agostinho**: uma biografia. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CARY, Felipe. **Mal, Livre Arbítrio, Pecado Original e Predestinação**. Em Agostinho, Filósofo e Santo. Chantilly: Os Grandes Pratos. 2013.

COSTA, M. R. N. **O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

CUNHA, M. P. S. **O movimento da alma**: a invenção por Agostinho do conceito de vontade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DODARO, R. **Cristo e a sociedade justa no pensamento de Agostinho**. Curitiba: Scripta Publicações, 2014.

EVANS, G. R. **Agostinho – sobre o mal**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Trad. de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Paulus/Discurso Editorial, 2006.

HORN, C. **Agostinho**: conhecimento, linguagem e ética. Porto Alegre: EDIPUC, 2008.

OLIVEIRA, Nair de Assis. Introdução. In: **AGOSTINHO. O livre-arbítrio**. 3ed. São Paulo: Paulus, 1995.

OLIVA, Luís César. **O mal**. São Paulo: Barcarolla; Discurso Editorial, 2013.

NOVAES, Moacyr. **A razão em exercício**: estudos sobre a filosofia de Agostinho. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

PICH, Roberto Hofmeister. **Agostinho e a “descoberta” da vontade**: primeiro estudo. Porto Alegre: Veritas, V. 50, n^o2, 2005.

REIS, Émilien Vilas Boas. **O conceito de virtude no jovem Agostinho**: evolução ou revolução. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

SILVA, Ivan de Oliveira. **Santo Agostinho**: o problema do mal. São Paulo: Ed. Pilares, 2008.